

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: 17

Data: 26 de Novembro de 1980

Pg.: _____

FSP 26.11.80

01000 MUSTAL 52
São Paulo

Desnacionalização de Carajás é denunciada

RIO (Sucursal) — A implantação do projeto Grande Carajás implicará em uma maior desnacionalização do setor mineral brasileiro. Atualmente, 41,8% da produção mineral já está em mãos do capital estrangeiro, cabendo à iniciativa privada nacional 40,7%, e ao Estado apenas 17,5% dessa produção. Esta denúncia é do presidente da Coordenação Nacional dos Geólogos (Conage), Nelson Guzzo, que considera a atual política mineral um fator de continuo aprofundamento da dependência do País aos interesses internacionais.

Guzzo encara o projeto Grande Carajás como uma ampliação deste processo de desnacionalização, já que tem como pontos básicos a garantia de fornecimento de matérias-primas e energia, manutenção da dependência tecnológica e a aceitação da ocupação física de vastas áreas do País. E realmente todas estas vantagens estão sendo oferecidas para que grupos estrangeiros se instalem na região de Carajás.

VALE APONTA FACILIDADES

A própria Companhia Vale do Rio Doce, a maior proprietária das jazidas de Carajás, sugere estas facilidades para atrair o capital estrangeiro no estudo "Amazônia Oriental — Plano Preliminar de Desenvolvimento". Neste trabalho, que serviu de base para a aprovação do projeto Grande Carajás, está dito claramente que tendo em vista as dificuldades dos países industrializados quanto a custos de energia e de mão-de-obra, poluição etc., e as condições extremamente favoráveis da

Amazônia Oriental, seria fácil atrair para esta região novas unidades produtoras estrangeiras, obviamente voltadas para a exportação.

E não é só em Carajás que vem sendo adotada esta política voltada mais para os interesses externos. No restante da Amazônia, onde encontram-se as maiores reservas brasileiras de bauxita (matéria-prima do alumínio), a presença estrangeira é grande. Atualmente, 1 bilhão e 670 milhões de toneladas de bauxita pertencem a grupos estrangeiros, 790 milhões estão em poder de empresas 100% nacionais (CVRD e a Cia. Brasileira de Alumínio, do grupo Votorantim) e 600 milhões são propriedade de uma empresa que é uma associação entre a Vale, a CBA e quatro grupos estrangeiros (Mineração Rio do Norte). Agora, o grupo Jari está negociando a venda de suas reservas para a Alcoa, que assim monopolizaria o mercado interno de alumínio. O carvão, cujas reservas até hoje são controladas por grupos nacionais, já está na mira das multinacionais, segundo Nelson Guzzo.

O presidente da Conage também denuncia o esvaziamento e redirecionamento casuístico das empresas estatais de mineração, que têm por objetivo a desnacionalização do setor. Segundo Guzzo, esta estratégia vem sendo seguida através do esvaziamento dos quadros técnicos destas empresas como vem ocorrendo com a CPRM e com o Departamento Nacional da Produção Mineral, e até mesmo a tentativa de desativar a Docegeo, subsidiária da Vale do Rio Doce, e detentoras das reservas minerais de Carajás.